

Perigo oculto no aterro sanitário

É importante saber separar o lixo tóxico do comum, para evitar a desastrosa contaminação do meio ambiente



Um total de 1.500 toneladas de lixo chega diariamente ao aterro sanitário da Estrutural, mais conhecido como *Lixão*, e nele não é difícil encontrar detritos tóxicos misturados ao lixo comum

DARSE JÚNIOR

Poucos o sabem, mas, ao jogar uma simples pilha no lixo, pode-se estar ameaçando seriamente o meio ambiente. A mistura do lixo tóxico ao comum, procedimento rotineiro no Distrito Federal, dificulta a coleta adequada e acaba trazendo prejuízos à natureza. Nas 1.500 toneladas de lixo que chegam diariamente ao aterro sanitário da Estrutural - mais conhecido como *Lixão* -, não é difícil encontrar materiais químicos perigosamente expostos.

Como não são separados

do lixo comum, quando os materiais tóxicos são recolhidos e levados ao *Lixão* eles se decompõem e infiltram no solo, podendo contaminar o lençol freático que se espalha sob toda a cidade.

Entre os objetos aparentemente inofensivos que, no lixo, ameaçam o meio ambiente estão pilhas, baterias comuns e de automóveis, lâmpadas fluorescentes, placas de produtos eletroeletrônicos e frascos com remédios ou de tinta para o cabelo. Por ser lixo químico, todo esse material merece muita atenção na hora de ser eliminado.

"Após a coleta, é impossível fazer a separação do que é material químico e do que não é", diz Espedito Apolinari Silva, diretor de operação do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília (Belacap). "O ideal seria que a seleção fosse feita pela população antes de o lixo ser recolhido", ensina o professor e pesquisador do Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Moraes Guaritá. Ele é o presidente da Comissão para Gestão de Resíduos Químicos da UnB.

Antes de a comissão ser formada, a universidade apenas

mantinha os seus resíduos químicos recolhidos em um depósito. Atualmente, no entanto, todo o material é separado e reciclado. Ainda assim, oito toneladas de lixo químico se acumularam no depósito e terão de ser recolhidas por uma empresa terceirizada. "Não temos condições de trabalhar com essa quantidade. De agora em diante, reutilizaremos nossos resíduos na medida do possível", garante Guaritá.

A comissão da UnB tem três missões: elaborar um plano de gerenciamento do lixo químico da UnB, normatizar a guarda e a destinação dos resíduos ar-

mazenados no depósito temporário do campus e criar uma unidade de tratamento, recuperação e destinação final do lixo químico gerado na universidade. "Mas é importante tomar cuidado na hora de produzir os resíduos, para evitar desperdícios", ensina Denise Imbroisi, integrante da comissão.

Depois de separado do comum, então, é preciso que o lixo químico seja identificado - com especificações dos produtos que contém - para que possa ser reaproveitado. "Quando o procedimento correto é seguido, as chances de reciclagem aumentam consi-

deravelmente", reitera o professor Guaritá.

Outra medida que pode evitar a degradação ambiental ocasionada pela mistura do lixo químico ao comum é a devolução dos materiais tóxicos aos revendedores. A resolução 257 de 1999 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que os produtores do lixo tóxico são os responsáveis pelos resíduos.

Assim, quem comprar uma bateria de carros pode devolvê-la depois de descarregada à loja onde foi comprada, para ser enviada ao fabricante.

Reciclagem, o caminho

Outro problema do DF em relação ao lixo tóxico vem dos setores hospitalares Sul e Norte, onde o acúmulo de detritos é tamanho que muitas vezes o material cai para fora das caçambas próprias. A capacidade dos recipientes é constantemente esgotada de maneira a deixar luvas, seringas e outros materiais hospitalares em exposição. Basta um passeio pelo local para constatar a irregularidade.

As coletas do lixo hospitalar são feitas diariamente. De acordo com Espedito Apolinari, a frequência com que o caminhão recolhe as caçambas é suficiente para evitar o acúmulo de resíduos. "Quando nossos fiscais detectam que um hospital ou clínica produz mais lixo que o recipiente comporta, entramos em contato com o estabelecimento e pedimos para comprarem mais caçambas", garante.

Todo o lixo hospitalar recolhido no DF é queimado num incinerador em Ceilândia. E é então que surge outro problema: os resíduos não são homogêneos. Junto às luvas e seringas há materiais químicos - como ácidos e remédios -, que são queimados no mesmo forno. "Um incinerador para resíduos químicos deve ter especificações que não são atendidas por esse incinerador hospitalar", comenta Guaritá.

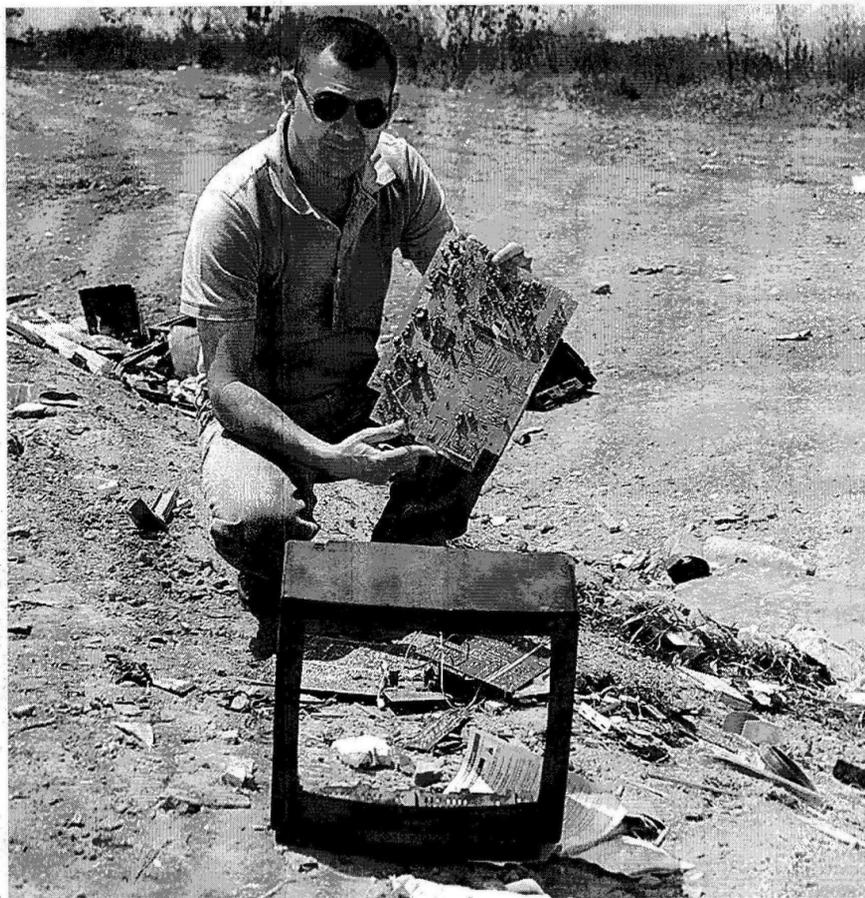
Em todo o Brasil há apenas sete incineradores ade-

quados à queima de lixo químico. O mais próximo ao DF fica no Pólo de Camaçari, na Bahia. Caso os detritos não sejam queimados de forma correta, produzem fumaça tóxica ou não são eliminados completamente e continuam a contaminar o meio ambiente.

Segundo os técnicos, os cuidados com o lixo químico fazem a diferença a longo prazo. "A questão de resíduos sempre existiu. Algumas pessoas podem pensar que criamos um problema, mas o que fizemos foi mostrá-lo para buscar uma solução", diz Denise Imbroisi.

Salvo as exceções, quando é mais concentrada - como, por exemplo, nos vazamentos de gasolina -, a contaminação química pode até passar despercebida. "A poluição é imperceptível à primeira vista, mas, se nenhuma providência for tomada, as consequências serão sentidas", garante Guaritá.

A incineração, no entanto, nem sempre é a maneira mais correta de dar fim ao lixo químico. Pela atual tendência mundial - também chamada de química limpa ou verde -, o ideal é utilizar apenas a quantidade necessária de produtos químicos, reutilizar e reciclar o máximo possível e dar destino correto aos resíduos que não podem ser aproveitados, sempre devidamente tratados para evitar a degradação ambiental.



O professor Antônio Guaritá com um circuito de TV encontrado no *lixão*: contaminação química

FRANCISCO STUCKERT

Atenção ao lixo nuclear

O DF abriga um dos seis distritos de gerenciamento do lixo atômico do Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen). A capital é o local que mais utiliza energia atômica em todo o Planalto Central: ao todo, são 36 instalações radioativas, das quais 18 estão na área de saúde, 13 na de pesquisa e cinco na indústria.

O lixo atômico é dividido em alguns subgrupos, levando em consideração o período de sua meia-vida (tempo em que o material demora para perder metade de sua perigosa carga radioativa).

Os rejeitos gerados pela medicina são gerenciados pelas próprias clínicas, porque apresentam meia-vida curta, variando de algumas horas até duas semanas. Aqueles de meia-vida longa - como é o caso do Césio-137, responsável pelo acidente de Goiânia em 1987 -, são recolhidos regularmente pela Cnen e levados a um local considerado adequado.

A UnB utiliza a energia nuclear para a pesquisa. Em 2001, a universidade criou uma comissão especial destinada a gerenciar o lixo atômico da instituição. Todo o material utilizado em laboratório é armazenado num depósito que é freqüentemente vistoriado.

Diariamente o aterro sanitário da Estrutural recebe

1,5 mil

toneladas de lixo produzido na capital federal

Nos últimos dois anos, a UnB sozinha produziu

8

toneladas de lixo químico em pesquisas e trabalhos

As duas usinas em atividade no DF processam diariamente

1,4 mil

toneladas de lixo, e parte do material é aproveitada